

## **Redação de NATÁLIA CRISTINA PATRÍCIO DA SILVA**

A utilização dos meios de comunicação para manipular comportamentos não é recente no Brasil: ainda em 1937, Getúlio Vargas apropriou-se da divulgação de uma falsa ameaça comunista para legitimar a implantação de um governo ditatorial. Entretanto, os atuais mecanismos de controle de dados, proporcionados pela internet, revolucionaram de maneira negativa essa prática, uma vez que conferiram aos usuários uma sensação ilusória de acesso à informação, prejudicando a construção da autonomia intelectual e, por isso, demandam intervenções. Ademais, é imperioso ressaltar os principais impactos da manipulação, com destaque à influência nos hábitos de consumo e nas convicções pessoais dos usuários.

Nesse contexto, as plataformas digitais, associadas aos algoritmos de filtragem de dados, proporcionaram um terreno fértil para a evolução dos anúncios publicitários. Isso ocorre porque, ao selecionar os interesses de consumo do internauta, baseado em publicações feitas por este, o sistema reorganiza as informações que chegam até ele, de modo a priorizar os anúncios complacentes ao gosto do usuário. Nesse viés, há uma pretensa sensação de liberdade de escolha, teorizada pela Escola de Frankfurt, já que todos os dados adquiridos estão sujeitos à coerção econômica. Dessa forma, há um bombardeio de propagandas que influenciam os hábitos de consumo de quem é atingido, visto que, na maioria das vezes, resultam na aquisição do produto anunciado.

Somado a isso, tendo em vista a capacidade dos algoritmos de selecionar o que vai ou não ser lido, estes podem ser usados para moldar interesses pessoais dos leitores, a fim de alcançar objetivos políticos e/ou econômicos. Nesse cenário, a divulgação de notícias falsas é utilizada como artifício para dispersar ideologias, contaminando o espaço de autonomia previsto pelo sociólogo Manuel Castells, o qual caracteriza a internet como ambiente importante para a amplitude da democracia, devido ao seu caráter informativo e deliberativo. Desse modo, o controle de dados torna-se nocivo ao desenvolvimento da consciência crítica dos usuários, bem como à possibilidade de uso da internet como instrumento de politização.

Evidencia-se, portanto, que a manipulação advinda do controle de dados na internet é um obstáculo para a consolidação de uma educação libertadora. Por conseguinte, cabe ao Ministério da Educação investir em educação digital nas escolas, por meio da inclusão de disciplinas facultativas, as quais orientarão aos alunos sobre as informações pessoais publicadas na internet, a fim de mitigar a influência exercida pelos algoritmos e, consequentemente, fomentar o uso mais consciente das plataformas digitais. Além disso, é necessário que o Ministério da Justiça, em parceria com empresas de tecnologia, crie canais de denúncia de “fake news”, mediante a implementação de indicadores de confiabilidade nas notícias veiculadas – como o projeto “The Trust Project” nos Estados Unidos – com o intuito de minimizar o compartilhamento de informações falsas e o impacto destas na sociedade. Feito isso, a sociedade brasileira poderá se proteger contra a manipulação e a desinformação.

### **COMENTÁRIO**

A participante demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, uma vez que a estrutura sintática é excelente e há apenas um desvio de acentuação em “notícia”, no último parágrafo.

Em relação aos princípios da estruturação do texto dissertativo-argumentativo, percebe-se que a participante apresenta uma tese, o desenvolvimento de justificativas que comprovam essa tese e uma conclusão que encerra a discussão. Ou seja, a participante

apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo. Além disso, o tema é abordado de forma completa, demonstrando uma leitura cuidadosa da proposta de redação: logo no primeiro parágrafo, a participante trata do controle de dados na internet e da manipulação dos usuários – que sofrem influência tanto nos hábitos de consumo como em suas convicções pessoais. Observa-se também o uso produtivo de repertório sociocultural pertinente à discussão proposta pela participante em mais de um momento do texto: no primeiro parágrafo, ao apontar como as pessoas foram manipuladas no Brasil, durante a Era Vargas, mesmo sem internet; no segundo parágrafo, ao relacionar a teoria da Escola de Frankfurt com a falsa liberdade de escolha gerada pelo controle de dados; e no terceiro parágrafo, ao contrapor a ideia de Manuel Castells à divulgação de notícias falsas, que impede que a internet seja de fato um ambiente democrático.

Percebe-se também, ao longo da redação, a presença de um projeto de texto estratégico, com informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, desenvolvidos de forma consistente e bem organizados em defesa do ponto de vista. No primeiro parágrafo, a participante apresenta a questão do controle de dados, que prejudica a construção da autonomia intelectual, causando dois principais impactos: a influência nos hábitos de consumo e nas convicções dos usuários. Nos parágrafos seguintes, ela desenvolve as duas diferentes formas de controle de dados que causam esses impactos: primeiramente o controle relacionado à divulgação de anúncios publicitários, que influenciam no consumo, e depois o controle que seleciona o que vai ou não ser lido, bem como a divulgação de notícias falsas, que moldam os interesses pessoais. Por fim, são apresentadas propostas de intervenção articuladas ao problema apontado pelo participante.

Em relação à coesão, encontra-se, nessa redação, um repertório diversificado de recursos coesivos, sem inadequações. Há articulação tanto entre os parágrafos (“Nesse contexto”, “Somado a isso” e “portanto”) quanto entre as ideias dentro de um mesmo parágrafo (1º parágrafo: “Entretanto”, “uma vez que”, “Ademais”; 2º parágrafo: “Isso”, “porque”, “Nesse viés”, “Dessa forma”, “visto que”; 3º parágrafo: “a fim de”, “Nesse cenário”, “a qual”, “Desse modo”; 4º parágrafo: “Por conseguinte”, “as quais”, “Além disso”, entre outros).

Por fim, a participante elabora excelente proposta de intervenção, concreta, detalhada e que respeita os direitos humanos: propõe que o Ministério da Educação invista em educação digital nas escolas, orientando os alunos sobre a divulgação de dados pessoais na internet, e que o Ministério da Justiça crie canais de denúncia de notícias falsas.